

Brasil Econômico – 07/07/2010

Tributo de energia que acabaria em dezembro pode ser prorrogado

Governo já assinala com continuidade da RGR, que é responsável pela arrecadação de R\$ 2,9 bilhões anuais

Juliana Elias

Em 2010, a Reserva Global de Reversão (RGR) - um dos cerca de 25 encargos e impostos que fazem da tarifa de energia brasileira uma das mais caras do mundo - completa 53 anos. E foi este o ano marcado para a sua morte: segundo legislação de 2002 (Lei 10.438), a cobrança da RGR deveria se encerrar em dezembro de 2010. Numa novela que lembra, ao longe, o trato dado pelo governo à antiga

CPMF (tributo de R\$ 40 bilhões sobre movimentações bancárias extinto em 2007, após diversas tentativas de prorrogação), representantes do setor de energia temem que uma decisão de última hora acabe alongando a existência da RGR. Isso porque ela já vem sendo citada pelo governo, em reuniões setoriais, como uma fonte de recurso para projetos futuros.

A arrecadação da RGR compõe um fundo, administrado pela Eletrobras, destinado a investimentos

em projetos de energia alternativa e hídrica e em programas sociais de ampliação da rede, como o Luz

Para Todos, entre outros.

Proporcionalmente, seu peso na tarifa não é grande: em 2009, arrecadou R\$ 2,9 bilhões, ou 2,5% de toda a receita. Mas, para um setor que já vem sentindo o aumento dos preços por conta do uso de fontes mais caras e crescimento da demanda, já paga uma das tarifas mais caras do mundo e já desembolsa, embutido nelas, 45% só em imposto, a redução de 2,5% poderia ter um impacto significativo. Não só para o bolso do consumidor, indo na contramão da inflação, mas também na competitividade da indústria, para quem a energia pode representar até 40% dos gastos.

"Pode haver o argumento de que a RGR é relevante pois financia projetos importantes, mas o brasileiro já paga encargos suficiente para isso", diz o presidente do **Instituto Acende Brasil, Cláudio Sales**. "A sociedade nem sabe quanto este fundo, colhido desde 1957, possui hoje. A Eletrobras não divulga

com a devida transparência estes números", aponta.

Procurada, a assessoria de imprensa da Eletrobras não soube informar o valor atual do fundo, e a empresa não se pronunciou sobre o assunto. O Ministério de Minas e Energia também não respondeu à reportagem do Brasil Econômico.

Subutilizada

De qualquer forma, uso da RGR vem regularmente sendo menor do que sua arrecadação anual. Em 2009, dos R\$ 2,9 bilhões coletados, a Eletrobras utilizou pouco mais da metade - R\$ 1,7 bilhões - para aplicar nas áreas destinadas. Essa subutilização dos recursos ocorre desde pelo menos 2003.

Ricardo Lima, presidente da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia (Abrace), lembra que a finalidade da RGR se sobrepõe à de vários outros dos chamados encargos setoriais. A geração de recurso para incentivo a fontes alternativas, por exemplo, já é garantida pelo Proinfa, e o financiamento à geração hídrica é parte da função da CCC, ambos encargos que também já estão inclusos na tarifa.